



SUMÁRIO EXECUTIVO

RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PROGRESSO DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DE TIMOR-LESTE

2011-2030



SUMÁRIO EXECUTIVO

RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PROGRESSO DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DE TIMOR-LESTE 2011 – 2030

Índice.

Prefácio do Primeiro-Ministro.....	3
Mensagem do Ministro do Planeamento e Investimento Estratégico.....	5
Lista de Siglas.....	7
Introdução.....	9
Fontes de Dados, Qualidade da Informação e Enquadramento Estatístico.....	10
Princípios de Utilização dos Dados.....	10
Fontes de Informação Utilizadas.....	11
Fontes Primárias.....	11
Fontes Secundárias.....	11
Importância e Utilização do Censo 2022.....	11
Nota sobre a Nomenclatura Territorial: Distritos e Municípios.....	12
Considerações Finais.....	12
Setor do Capital Social.....	16
Principais sucessos.....	16
Principais desafios.....	17
Principais Recomendações.....	17
Setor do Desenvolvimento das Infraestruturas.....	20
Principais conclusões.....	20
Recomendações estratégicas.....	21
Síntese final.....	21
Setor do Desenvolvimento Económico.....	24
Principais conclusões por subsector.....	24
Principais desafios estruturais.....	25
Recomendações estratégicas.....	25
Setor Quadro Institucional.....	28
Principais conclusões.....	28
Principais desafios.....	29
Recomendações estratégicas.....	29
Síntese global.....	29
Setor da Visão Macroeconómica.....	32
Quadro-Síntese Interpretativo.....	32
Recomendações-chave.....	33

Prefácio do Primeiro-Ministro.

Quando Timor-Leste aprovou o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011–2030 (PED), assumiu um compromisso político e histórico com o seu futuro. Não se tratou apenas da adoção de um instrumento técnico de planeamento, mas da afirmação de uma Visão Nacional partilhada, enraizada na nossa luta pela autodeterminação, no sacrifício do nosso Povo e na responsabilidade de construir um Estado soberano, justo e próspero.



O Plano Estratégico de Desenvolvimento foi concebido como um compromisso de longo prazo, independentemente dos ciclos políticos e respetivos governos. Desde 2011, tem servido como o referencial estruturante das políticas públicas, dos investimentos estratégicos e da ação coordenada do Estado, orientando instituições públicas, parceiros de desenvolvimento, sociedade civil e setor privado em torno de um objetivo comum: o desenvolvimento sustentável e inclusivo de Timor-Leste.

Tendo tido a responsabilidade de liderar a sua formulação inicial e várias fases da sua implementação, encaro o Plano Estratégico de Desenvolvimento como um legado coletivo e uma responsabilidade de Estado. A sua continuidade ao longo de sucessivos Governos constitui uma demonstração clara de maturidade institucional e de consciência nacional de que o desenvolvimento exige visão estratégica, coerência de políticas e perseverança na execução.

Ao longo desta última década e meia, Timor-Leste enfrentou desafios profundos e transformações significativas — choques económicos globais, riscos climáticos, pressões sociais e mudanças no contexto regional e internacional. Nestes momentos de incerteza, o Plano Estratégico de Desenvolvimento tem proporcionado estabilidade estratégica, permitindo ao país adaptar-se às circunstâncias sem perder o rumo definido.

O presente Relatório de Monitorização do Progresso do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011–2030 constitui um exercício essencial de transparência, responsabilidade política e aprendizagem institucional. Avalia, com rigor e realismo, o progresso alcançado até ao final de 2024, identificando avanços significativos, assimetrias persistentes e desafios estruturais que exigem decisões políticas firmes e ação governativa coordenada.

Este relatório confirma que o processo de desenvolvimento não resulta apenas da definição de políticas, mas sobretudo da sua execução efetiva. Exige instituições sólidas, capacidade técnica, dados fiáveis, coordenação interinstitucional e uma vontade política consistente ao longo do tempo. Nunca se pretendeu que o Plano Estratégico de Desenvolvimento fosse um plano rígido, mas antes um quadro estratégico dinâmico, orientador das decisões públicas, do planeamento nacional e das prioridades de investimento até 2030, e para além desse horizonte.

Enquanto Primeiro-Ministro, reafirmo a convicção de que um Plano Estratégico de Desenvolvimento é a principal referência para o desenvolvimento nacional. Apelo a todas as instituições públicas e a todos os parceiros para que reforcem o alinhamento das suas ações com a visão, os princípios e os objetivos do PED. O sucesso deste desígnio nacional depende da responsabilidade partilhada, da disciplina na execução e da capacidade de transformar políticas em resultados concretos.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento pertence à Nação. Reflete quem somos, de onde viemos e o futuro que queremos construir. A nossa responsabilidade coletiva é honrá-lo — não apenas preservando a sua visão, mas concretizando-a em melhorias reais e duradouras na vida de todos os Timorenses, hoje e nas gerações vindouras.



Kay Rala Xanana Gusmão

Primeiro-Ministro da República Democrática de Timor-Leste

Mensagem do Ministro do Planeamento e Investimento Estratégico.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011–2030 (PED 2011–2030) constitui o principal instrumento de concretização da visão de longo prazo do Estado timorense. É por meio deste Plano que as prioridades nacionais se traduzem em políticas públicas, investimentos estratégicos e ações concretas, com impacto no desenvolvimento do país.

O Plano nasceu da necessidade de transformar a reconstrução nacional num projeto estruturado de desenvolvimento, capaz de assegurar a continuidade estratégica, a coerência institucional e a apropriação nacional.



A experiência acumulada desde então demonstra que o valor do PED 2011–2030 reside não apenas na sua visão, mas também na sua capacidade de orientar decisões concretas. Planeamento sem monitorização e avaliação não gera impacto. Por essa razão, a monitorização do PED constitui uma função central do Estado, indispensável para garantir a disciplina estratégica, a responsabilização institucional e a eficácia da ação pública.

O presente Relatório de Monitorização do Progresso do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011–2030 resulta de um esforço técnico e institucional alargado, orientado pelo rigor analítico, pela coerência metodológica e pela forte apropriação nacional. A sua elaboração contou com o apoio da União Europeia, cuja cooperação técnica e institucional tem sido um parceiro relevante no reforço das capacidades de planeamento, monitorização e avaliação do Estado timorense. Esse apoio contribuiu para a qualidade analítica do exercício, respeitando plenamente as prioridades nacionais e a liderança das instituições do Estado.

Mais do que um exercício descritivo, este relatório identifica constrangimentos, evidencia assimetrias e apoia a definição de prioridades no ciclo final até 2030, reforçando a ligação entre o planeamento estratégico, o investimento público e os resultados de desenvolvimento.

Enquanto Ministro do Planeamento e Investimento Estratégico, reafirmo que este relatório constitui um instrumento de governação. Apoia uma tomada de decisão mais exigente, informada e orientada ao impacto, contribuindo para uma ação pública mais coerente, eficaz e responsável.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento é um quadro vivo, que deve ser continuamente interpretado à luz das transformações económicas, sociais, ambientais e institucionais que o país enfrenta. A monitorização regular permite corrigir desvios, reforçar a coerência das políticas públicas e aprofundar a coordenação interinstitucional, assegurando que a visão do PED 2011–2030 permaneça ativa e operacional.

Reafirmo, por fim, o compromisso do Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico de garantir que o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011–2030 continue a orientar a ação do Estado, sustentado por análises sólidas, coordenação institucional e uma visão partilhada de desenvolvimento nacional, ao serviço do povo de Timor-Leste.


Gastão de Sousa

Ministro do Planeamento e Investimento Estratégico

LISTA DE SIGLAS.

ADB	<i>Asian Development Bank</i> (Banco Asiático de Desenvolvimento)
ANATL	Administração da Navegação Aérea de Timor-Leste
APORTIL	Autoridade Portuária de Timor-Leste
ATTL, I.P.	Autoridade de Turismo de Timor-Leste, I.P., Instituto Público
BNCTL	Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste
CFP	Comissão da Função Pública
CNA	Comissão Nacional de Aquisições
DBTL	<i>Dalan ba Futuru</i> Timor-Leste (sistema de gestão e reporte de finanças públicas e planos anuais do Governo)
DGE/MoPF	Direção-Geral de Estatística / Ministério do Planeamento e Finanças
EDTL, E.P.	Eletricidade de Timor-Leste, E.P., Empresa Pública
EMIS	<i>Education Management Information System</i> (Sistema de Informação de Gestão Educativa)
ETDA	<i>East Timor Development Agency</i> (Agência de Desenvolvimento de Timor-Leste)
F-FDTL	FALINTIL - Forças de Defesa de Timor-Leste
FDCH	Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano
GNL	Gás Natural Liquefeito
IADE	Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial
ICAO	<i>International Civil Aviation Organization</i> (Organização da Aviação Civil Internacional)
IFC	<i>International Finance Corporation</i> (Corporação Financeira Internacional)
ILO/OIT	Organização Internacional do Trabalho
IMF/FMI	Fundo Monetário Internacional
JICA	<i>Japan International Cooperation Agency</i> (Agência de Cooperação Internacional do Japão)
MAE	Ministério da Administração Estatal

MAPFF	Ministério da Agricultura, Pecuária, Pesca e Florestas
MCAE	Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos
MDRHC	Ministério do Desenvolvimento Rural e Habitação Comunitária
ME	Ministério da Educação
MOP	Ministério das Obras Públicas
MTC	Ministério dos Transportes e Comunicações
OMS/WHO	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PED	Plano Estratégico de Desenvolvimento
PNDS	Programa Nacional de Desenvolvimento dos Sucos
PNTL	Polícia Nacional de Timor-Leste
RAEOA	Região Administrativa Especial de Oé-Cusse Ambeno
SAM	Sistema de Autoridade Marítima
SERVE, I.P.	Serviço de Registo e Verificação Empresarial, Instituto Público
SIGAP	Sistema Integrado de Gestão da Administração Pública
SISCa	Serviço Integrado de Saúde Comunitária
TATOLI	Agência Noticiosa de Timor-Leste
TIC Timor	Tecnologias de Informação e Comunicação de Timor-Leste
TIMOR GAP, E.P.	Empresa Pública de Petróleo e Gás de Timor-Leste
UNDP/PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

Introdução.

O presente **Relatório de Monitorização do Progresso do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste 2011–2030**, tem como objetivo apresentar uma análise consolidada do progresso da **implementação das metas de curto e médio prazo**, com referência ao estado de execução até ao final de 2024. Este exercício de monitorização constitui um instrumento fundamental para acompanhar a concretização da visão nacional de desenvolvimento e para apoiar a tomada de decisão estratégica no período remanescente até 2030.

O **Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) de Timor-Leste 2011–2030** define a **visão de longo prazo** para transformar Timor-Leste numa economia **diversificada, inclusiva e sustentável**, orientando políticas públicas, investimentos e prioridades nacionais ao longo de um horizonte de **19 anos (2011–2030)**.

O **PED** constitui, assim, o principal quadro estratégico de planeamento nacional, estruturando a ação do Estado em torno de **cinco grandes setores estratégicos**, a saber:

- **Capital Social**, abrangendo os subsetores da Educação e Formação, Saúde, Inclusão Social, Meio Ambiente e Cultura e Património (**62 metas**);
- **Infraestruturas**, incluindo Estradas, Água, Eletricidade, Portos, Aeroportos e Telecomunicações (**42 metas**);
- **Desenvolvimento Económico**, cobrindo os subsetores Rural, Agricultura, Petróleo e Minerais, Turismo e Setor Privado (**49 metas**);
- **Institucional e Governação**, integrando Segurança, Defesa, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Justiça, Gestão Pública e Agência Nacional de Desenvolvimento (**44 metas**); e
- **Macroeconómico**, centrado na Visão Económica nacional (**2 metas**).

No total, o PED estabelece **199 metas de curto e médio prazo**, distribuídas por **três fases temporais**: curto prazo (2011–2015), médio prazo (2016–2020) e longo prazo (até 2030). Para efeitos do presente relatório, a monitorização incide exclusivamente sobre as **metas de curto e médio prazo**, uma vez que as metas de longo prazo se encontram ainda em fase de implementação, faltando aproximadamente **cinco anos para o horizonte final do Plano**.

O processo de monitorização do PED até 2024 permitiu identificar **progressos relevantes**, mas também evidenciou **desafios estruturais** que afetam a consistência, comparabilidade e qualidade da informação reportada. Entre os principais constrangimentos destacam-se:

- **limitações na disponibilidade e qualidade dos dados**, com lacunas e assimetrias entre setores e subsetores;

- a **necessidade de harmonização dos indicadores setoriais**, de modo a garantir coerência metodológica e comparabilidade temporal;
- **fragilidades na análise e no reporte** em alguns domínios temáticos; e
- **processos de validação institucional ainda desiguais**, refletindo diferentes níveis de maturidade técnica e organizacional entre as entidades responsáveis.

O reforço destes aspetos é essencial para melhorar a **qualidade da monitorização**, fortalecer a **evidência para formulação de políticas públicas** e assegurar uma implementação mais eficaz e orientada para resultados até 2030.

Neste contexto, a **monitorização sistemática do PED** assume um papel central na identificação de avanços, na deteção atempada de desvios e na definição de medidas corretivas, contribuindo para a **eficiência, transparência e responsabilização** da ação governativa. O relatório de monitorização até final de 2024 constitui, assim, um **instrumento estratégico essencial** para orientar Timor-Leste no seu percurso rumo a um **desenvolvimento inclusivo, resiliente e sustentável**.

Por fim, importa sublinhar que o sucesso deste exercício de monitorização dependeu fortemente da **colaboração ativa e contínua de todas as linhas setoriais e instituições públicas envolvidas**. A partilha atempada de informação, a validação conjunta dos dados e o compromisso institucional com a qualidade do reporte foram condições indispensáveis para garantir que o PED continue a servir como um referencial sólido para o desenvolvimento nacional e para a melhoria do bem-estar de todos os cidadãos e cidadãs timorenses.

Fontes de dados, qualidade da informação e enquadramento estatístico.

Princípios de Utilização dos Dados.

O presente Relatório de Monitorização do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) 2011–2030 privilegiou, como princípio orientador, a utilização de dados oficiais fornecidos pelas linhas ministeriais e instituições públicas responsáveis pela implementação das metas. Estes dados constituem a principal base de análise do progresso alcançado até final de 2024, refletindo a informação administrativa e setorial mais diretamente associada à execução das políticas públicas.

Nos casos em que os dados primários se revelaram incompletos, inexistentes ou carecidos de atualização, recorreu-se de forma complementar a fontes secundárias credenciadas, assegurando sempre a coerência com os indicadores definidos no PED e a consistência metodológica do relatório. Esta abordagem permitiu mitigar lacunas de informação, reforçar a robustez analítica e garantir uma leitura integrada do progresso nacional.

Fontes de Informação Utilizadas.

Fontes Primárias.

As fontes primárias utilizadas no relatório incluem:

- Relatórios oficiais das linhas ministeriais e instituições públicas;
- Legislação, decretos-leis, resoluções e outros diplomas normativos relevantes;
- Dados administrativos setoriais atualizados;
- Relatórios e exercícios de monitorização anteriores do PED, nomeadamente os de 2017 e 2020.

Estas fontes permitiram avaliar o grau de implementação das metas, identificar resultados alcançados e analisar a evolução institucional ao longo do período de execução.

Fontes Secundárias.

Sempre que necessário, foram mobilizadas fontes secundárias, designadamente:

- Bases de dados públicas nacionais e internacionais;
- Portais institucionais do Governo de Timor-Leste;
- Publicações estatísticas oficiais;
- Notícias e comunicados provenientes de meios de comunicação social credenciados.

O recurso a fontes secundárias teve carácter complementar e foi utilizado exclusivamente para contextualizar, validar ou suprir lacunas de informação, sem substituir a responsabilidade primária das linhas setoriais na produção dos dados.

Importância e Utilização do Censo 2022.

O Censo da População e Habitação de Timor-Leste 2022 constituiu uma fonte estatística estruturante para o presente exercício de monitorização, assumindo particular relevância nos subsectores do Capital Social.

Os dados do Censo de 2022 foram utilizados para:

- Apoiar a análise de indicadores sociais transversais;
- Identificar desigualdades territoriais, de género e de grupos vulneráveis;

- Complementar dados administrativos inexistentes ou incompletos;
- Reforçar a base empírica de análises relativas à população, escolarização, deficiência, juventude, participação económica e acesso a serviços sociais.

O Censo 2022 permitiu, assim, ancorar a análise do progresso do PED numa base estatística nacional robusta, garantindo maior fiabilidade, comparabilidade e abrangência na avaliação das metas.

Nota sobre a Nomenclatura Territorial: Distritos e Municípios.

Embora **muitas metas e indicadores do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) 2011–2030 utilizem a designação de “distritos”**, importa clarificar que esta terminologia corresponde à **nomenclatura administrativa em vigor à data da elaboração do PED**.

A organização territorial de Timor-Leste foi **formalmente reformulada pelo Decreto-Lei n.º 3/2016, de 16 de março**, que aprovou a Organização Administrativa do Território, substituindo a designação de **distritos e subdistritos** por **municípios e postos administrativos**, respetivamente. Esta reforma enquadra-se na **Lei n.º 11/2009 (Lei das Sucos)** e no processo de **descentralização administrativa**, visando reforçar a autonomia local e a capacidade de gestão territorial.

Esta alteração tem **implicações diretas na análise longitudinal dos dados**, uma vez que relatórios, estatísticas e metas anteriores a 2016 recorrem à nomenclatura antiga. Assim, para efeitos do presente Relatório de Monitorização, procedeu-se à **harmonização terminológica**, adotando-se a designação **“municípios”** sempre que as metas do PED se refiram a **“distritos”**, sem prejuízo do conteúdo substantivo das metas originalmente definidas.

Esta abordagem assegura **consistência analítica, comparabilidade temporal dos dados e alinhamento com o enquadramento jurídico-administrativo atualmente em vigor**, permitindo uma leitura clara e coerente do progresso do PED até final de 2024.

Considerações Finais.

A qualidade dos dados é um pilar fundamental da monitorização eficaz do Plano Estratégico de Desenvolvimento. O presente relatório representa um esforço significativo de consolidação, validação e análise integrada da informação disponível, constituindo uma base sólida para a avaliação do progresso nacional e para o ajustamento das políticas públicas.

O envolvimento ativo das linhas setoriais e o fortalecimento dos sistemas estatísticos e administrativos foram determinantes para assegurar uma monitorização mais robusta, coerente e orientada para resultados, contribuindo para a concretização da visão de um Timor-Leste inclusivo, resiliente e sustentável até 2030.



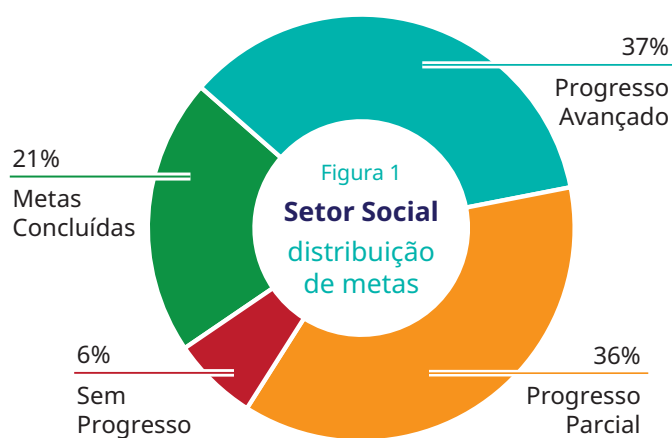
SETOR DO CAPITAL SOCIAL

Setor do Capital Social.

Até ao final de 2024, o Setor do Capital Social registou progressos relevantes, embora desiguais, na implementação das metas definidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) 2011–2030, refletindo avanços estruturais importantes em áreas-chave como educação, saúde, inclusão social, proteção social, juventude, desporto e valorização do património histórico e cultural.

No total, o setor integra 62 metas, distribuídas por cinco subsectores: Educação e Formação, Saúde, Inclusão Social, Meio Ambiente e Cultura e Património. Do conjunto global, 13 metas (21%) encontram-se concluídas, 22 metas (35%) apresentam progresso avançado, 23 metas (37%) registam progresso parcial e 4 metas (6%) permanecem sem progresso, resultando numa pontuação global de 66,13%, o que indica um nível médio-alto de execução.

A Figura 1 apresenta uma síntese visual da distribuição das 62 metas do Setor do Capital Social por estado de progresso, permitindo uma leitura integrada e comparativa do desempenho global do setor até ao final de 2024.



Principais sucessos.

Os avanços mais consistentes concentram-se:

- Na institucionalização do sistema de proteção social, com a implementação do regime contributivo e a expansão dos benefícios não contributivos para famílias vulneráveis;
- No reforço da igualdade de género, com o cumprimento da meta de pelo menos um terço de mulheres na Função Pública e no Parlamento Nacional;
- Na educação básica, onde se observa progresso avançado na escolarização das raparigas;
- No desporto e juventude, com investimentos sustentados na formação de recursos humanos, dinamização comunitária, criação de ligas e projeção internacional de atletas;
- Na preservação da memória histórica, através do fortalecimento do Arquivo e Museu da Resistência Timorense e da valorização dos veteranos da luta de libertação nacional.

Principais desafios.

Persistem desafios estruturais relevantes, nomeadamente:

- A não aprovação da Lei sobre Cuidados e Adoção de Órfãos, apesar dos avanços operacionais no apoio a crianças vulneráveis;
- O acesso extremamente limitado de crianças com deficiência ao ensino básico, muito aquém da meta estabelecida;
- A integração ainda incompleta de currículos sensíveis à igualdade de género em todos os níveis do sistema educativo;
- A ausência do Fundo Nacional da Juventude e do Centro Nacional da Juventude, previstos como instrumentos estruturantes da política juvenil;
- O desempenho particularmente baixo no subsector da Cultura e Património, onde a maioria das metas permanece sem progresso ou apenas com avanços limitados.

Principais Recomendações.

1. Consolidar a qualidade e a equidade

- Priorizar a **educação pré-escolar**, a **educação inclusiva** e a **alfabetização de adultos**, com foco na permanência e conclusão.
- Reforçar a formação docente especializada e a disponibilização de recursos pedagógicos adaptados.

2. Reforçar instrumentos estruturantes

- Criar e operacionalizar mecanismos dedicados ainda pendentes, como o **Fundo Nacional da Juventude**, assegurando previsibilidade e coordenação do apoio público.

3. Aprofundar a liderança e a igualdade de género

- Promover políticas ativas para aumentar a participação das mulheres em **cargos de decisão**, especialmente no poder executivo e na administração superior.

4. Melhorar a governação dos dados

- Harmonizar indicadores setoriais, reforçar sistemas de informação (EMIS, SIMU, dados sociais) e institucionalizar processos regulares de validação interministerial.
- Utilizar de forma sistemática os dados do **Censo 2022** para planeamento, monitorização e avaliação de políticas públicas.

5. Garantir sustentabilidade até 2030

- Assegurar continuidade orçamental, reforçar parcerias estratégicas e alinhar investimentos sociais com os objetivos de longo prazo do PED.

Em síntese, o **Setor do Capital Social** apresenta progressos substanciais, com várias metas já alcançadas ou em estágio avançado, mas também assimetrias significativas entre sub-setores. A leitura conjunta do texto analítico e da Figura 1 evidencia a necessidade de consolidar os ganhos institucionais, acelerar reformas pendentes e reforçar a implementação efetiva das metas com progresso parcial ou sem progresso, de modo a garantir uma trajetória mais equilibrada e sustentável até 2030.



**SETOR DO DESENVOLVIMENTO
DAS INFRAESTRUTURAS**

Setor do Desenvolvimento das Infraestruturas.

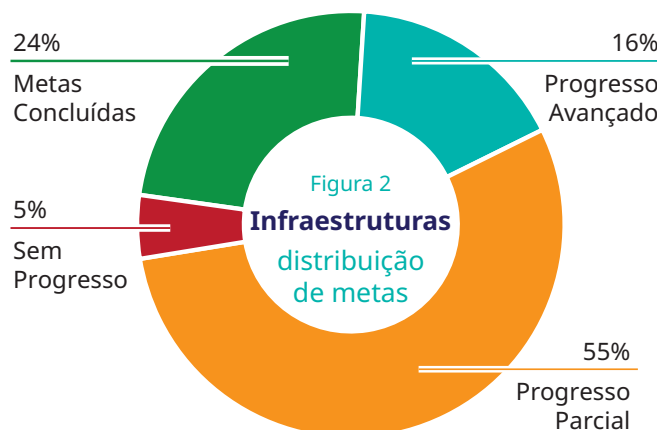
Até ao final de 2024, o Setor do Desenvolvimento das Infraestruturas evidencia **progressos relevantes, embora desiguais**, refletindo avanços estruturais significativos em alguns domínios e constrangimentos persistentes noutros. A análise global demonstra que uma parte substancial das intervenções ainda se encontra em **fase de implementação**, traduzindo-se num predomínio de metas com progresso parcial.

O setor integra **42 metas**, distribuídas por 6 subsetores: **Estradas e Pontes, Água e Saneamento, Eletricidade, Portos Marítimos, Aeroportos e Telecomunicações**. Do total, **10 metas (23,8%) estão concluídas**, **7 metas (16,7%) apresentam progresso avançado**, **23 metas (54,8%) registam progresso parcial** e **2 metas (4,8%) permanecem sem progresso**, resultando numa **taxa global de execução positiva de 71,4%**.

Este desempenho global indica que **mais de dois terços das metas** já ultrapassaram a fase inicial de planeamento, evidenciando um nível significativo de **mobilização institucional, capacidade técnica e investimento público**. Contudo, o elevado peso das metas com progresso parcial demonstra que a maioria dos projetos se encontra numa **fase crítica de transição entre estudos, decisões de investimento e execução física**, exigindo continuidade política, coordenação interinstitucional e financiamento sustentado para garantir a sua conclusão.

A **baixa proporção de metas sem progresso** sugere que os bloqueios estruturais totais são limitados. Ainda assim, estas metas devem ser tratadas como **prioridade estratégica**, dada a sua relevância sistémica e o potencial impacto negativo sobre objetivos subsequentes.

A **Figura 2** apresenta uma síntese visual da distribuição das metas do Setor do Desenvolvimento das Infraestruturas por estado de progresso, permitindo uma **leitura integrada e comparativa do desempenho global** do setor até ao final de 2024.



Principais conclusões.

- O setor evidencia **capacidade de planeamento e execução progressiva**, com resultados mais consolidados nos subsectores de **Estradas e Pontes, Aeroportos, Portos Marítimos e Telecomunicações**.

- Persistem **desafios estruturais** em áreas como **Eletricidade e Água e Saneamento**, onde o progresso parcial domina e os impactos sociais ainda não são plenamente sentidos.
- A elevada proporção de metas em progresso parcial confirma que o setor se encontra numa **fase crítica de consolidação**, em que o principal risco não é a ausência de políticas, mas sim **atrasos na execução física, coordenação interinstitucional e mobilização de recursos**.

Recomendações estratégicas.

- **Acelerar a execução física** das metas com progresso parcial, sobretudo aquelas com estudos de viabilidade concluídos.
- **Priorizar investimentos com maior impacto social direto**, nomeadamente eletricidade, água, saneamento e conectividade digital.
- **Reforçar a monitorização baseada em resultados**, com indicadores claros de transição entre progresso parcial, avançado e concluído.
- **Consolidar parcerias público-privadas e cooperação internacional**, assegurando previsibilidade financeira e transferência de conhecimento técnico.
- **Reduzir assimetrias territoriais**, garantindo que os avanços infraestruturais se traduzam em melhorias efetivas da qualidade de vida da população.

Síntese final.

Em termos institucionais, o **Setor do Desenvolvimento das Infraestruturas** apresenta um **balanço global positivo**, com uma base sólida de metas em implementação e um número significativo já concluído. O desafio central para o próximo ciclo reside em **converter o progresso parcial em resultados tangíveis**, assegurando que os investimentos realizados produzam impactos duradouros, inclusivos e alinhados com a visão do **PED 2011-2030**.



SETOR DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

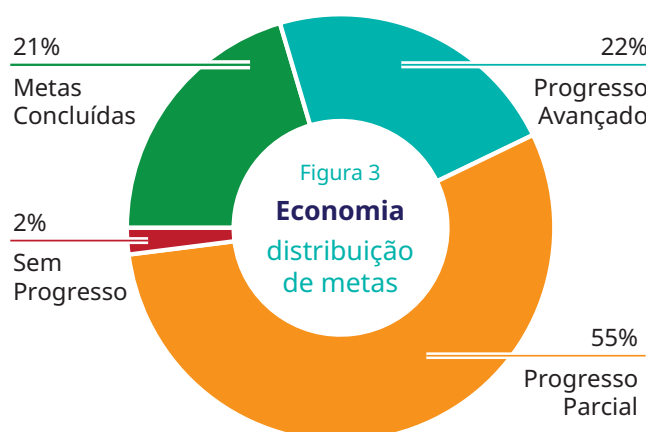
Setor do Desenvolvimento Económico.

Até ao final de 2024, o **Setor do Desenvolvimento Económico** apresenta um **progresso global moderado**, com avanços institucionais relevantes, mas com **execução desigual entre subsetores** e forte predominância de metas em **progresso parcial**.

O setor agrega **49 metas**, distribuídas pelos subsetores de **Desenvolvimento Rural, Agricultura e Pescas, Petróleo, Turismo e Setor Privado**, alcançando uma **pontuação global de 64,8%**.

Do total das 49 metas avaliadas, **10 metas (20,4%) encontram-se concluídas**, **11 metas (22,4%) registam progresso avançado**, **27 metas (55,1%) apresentam progresso parcial** e **1 meta (2,0%) permanece sem progresso**. Esta distribuição evidencia que **mais de dois terços das metas (77,9%)** já se encontram concluídas ou em estágios intermédios e avançados de implementação, refletindo **capacidade institucional instalada, planeamento estratégico e mobilização de políticas públicas**.

A Figura 3 apresenta uma síntese visual da distribuição das 49 metas do Setor do Desenvolvimento Económico por estado de progresso, permitindo uma leitura integrada e comparativa do desempenho global do setor até ao final de 2024.



Principais conclusões por subsetor.

- **Agricultura e Setor Privado** destacam-se como os subsetores com **melhor desempenho relativo**, beneficiando de políticas estruturadas, maior participação do setor privado e resultados mais tangíveis ao nível produtivo e institucional.
- O **Turismo** apresenta avanços consistentes ao nível do enquadramento legal, capacitação, promoção e investimentos iniciais, mas permanece maioritariamente em **progresso parcial**, refletindo limitações de escala, cobertura territorial e dados consolidados.
- O **Desenvolvimento Rural** evidencia progresso relevante sobretudo em capacitação, planeamento e iniciativas comunitárias, embora sem metas plenamente concluídas.
- O **subsetor do Petróleo** apresenta o **desempenho mais frágil**, com forte concentração de metas em progresso parcial e uma meta sem progresso, refletindo a natureza **capital-intensiva**, complexa e dependente de decisões de investimento de longo prazo, associadas ao Tasi Mane Project.

Principais desafios estruturais.

- **Predominância do progresso parcial**, indicando atrasos na transição do planeamento para a execução física;
- **Dependência de grandes projetos estruturantes**, especialmente no petróleo, sujeitos a financiamento, mercados internacionais e decisões estratégicas;
- **Limitações de dados desagregados e sistemas de monitorização**, dificultando a medição de impacto económico, territorial e social;
- **Assimetrias territoriais**, com maior concentração de investimentos em áreas específicas.

Recomendações estratégicas.

- **Reforçar a execução física** das metas já tecnicamente preparadas, priorizando projetos com maior efeito multiplicador económico;
- **Aprofundar a monitorização baseada em resultados**, com indicadores claros de impacto económico, emprego e rendimento local;
- **Diversificar a base do crescimento económico**, reduzindo a dependência do petróleo e reforçando agricultura, turismo sustentável e setor privado;
- **Fortalecer parcerias público-privadas**, sobretudo nos subsectores de turismo, agroindústria e serviços;
- **Garantir maior equilíbrio territorial**, orientando investimentos para zonas rurais e municípios com menor dinamismo económico.

Em síntese, o **Setor do Desenvolvimento Económico** encontra-se numa **fase de consolidação**, com bases institucionais sólidas e avanços significativos, mas ainda dependente de **decisões estratégicas, financiamento sustentável e aceleração da execução** para transformar o progresso parcial em resultados económicos estruturais e inclusivos até 2030.



SETOR DO QUADRO INSTITUCIONAL

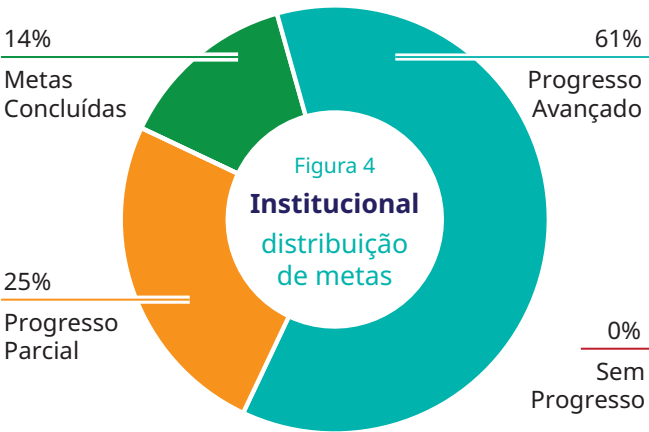
Setor Quadro Institucional.

Até ao final de 2024, o **Setor do Quadro Institucional** registou um **desempenho global positivo**, refletindo avanços estruturais relevantes no fortalecimento do Estado, da governação democrática, da administração pública e da projeção internacional de Timor-Leste. Com base nas **44 metas** avaliadas no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) 2011–2030, o setor apresenta uma **pontuação global elevada**, sem registo de metas classificadas como “sem progresso”.

No total, o setor integra 44 metas, distribuídas por 6 subsectores: **Segurança, Defesa, Negócios Estrangeiros, Justiça, Gestão do Setor Público e Boa Governação e Implementação do PED 2011-2030**.

Do conjunto global, 6 metas (**13,6%**) encontram-se concluídas, 27 metas (**61,4%**) apresentam progresso avançado e 11 metas (**25,0%**) registam progresso parcial. Este resultado confirma uma **tendência estruturalmente positiva**, com **100% das metas a registarem algum nível de progresso**, reforçando a solidez institucional e a trajetória de reforma do Estado timorense.

A Figura 4 apresenta uma síntese visual da distribuição das 44 metas do Quadro Institucional por estado de progresso, permitindo uma leitura integrada e comparativa do desempenho global do setor até ao final de 2024.



Principais conclusões.

- **Predominância de progresso avançado:** A maioria das metas (27 em 44) encontra-se em **progresso avançado**, indicando que os objetivos estratégicos foram amplamente implementados, embora alguns ainda careçam de consolidação plena.
- **Resultados concluídos em áreas-chave:** Seis (6) metas foram **totalmente concluídas**, com destaque para domínios centrais da **boa governação**, como o **Código de Conduta dos Membros do Governo**, a **proteção de denunciantes**, o **direito de acesso à informação pública** e avanços estruturantes em **Defesa, Justiça e Negócios Estrangeiros**.
- **Reforço institucional consistente:** Observam-se progressos significativos na **modernização administrativa**, na **digitalização do Estado**, na **profissionalização da Função Pública**, na **descentralização administrativa** e no **posicionamento internacional** de Timor-Leste.

- **Integração regional e multilateral:** O setor beneficiou de avanços estratégicos, como a adesão plena à ASEAN (2025), a entrada na Organização Mundial do Comércio (2024) e o papel ativo em fóruns multilaterais, reforçando a credibilidade institucional do país.

Principais desafios.

- **Consolidação operacional:** Em várias metas classificadas como progresso avançado, subsistem desafios na **implementação plena**, nomeadamente na utilização sistemática de resultados (ex.: avaliação de desempenho, governação digital e planeamento estratégico).
- **Uniformidade e qualidade da execução:** Persistem diferenças na capacidade de implementação entre instituições centrais e locais, exigindo reforço de **capacitação técnica, coordenação interinstitucional e monitorização baseada em dados**.
- **Sustentabilidade das reformas:** A consolidação das reformas depende da continuidade política, da estabilidade institucional e da integração efetiva das novas estruturas no funcionamento quotidiano do Estado.

Recomendações estratégicas.

- **Foco na consolidação qualitativa** das metas em progresso avançado, privilegiando resultados mensuráveis, interoperabilidade institucional e uso efetivo dos instrumentos criados.
- **Reforço da monitorização e avaliação**, com maior produção de dados administrativos e indicadores de impacto, para apoiar decisões baseadas em evidência.
- **Aprofundamento da capacitação institucional**, sobretudo ao nível municipal e nos setores com maior complexidade técnica.
- **Articulação estratégica entre governação, digitalização e descentralização**, garantindo coerência e sustentabilidade das reformas no médio e longo prazo.

Síntese global.

O Setor do Quadro Institucional apresenta um balanço global robusto, com forte prevalência de metas em progresso avançado e concluídas, refletindo um Estado em consolidação institucional. O desafio central para o próximo ciclo de planeamento reside menos na criação de novos quadros legais e mais na **plena operacionalização, integração e avaliação do impacto das reformas já implementadas**.



SETOR DA VISÃO MACROECONÓMICA

Setor da Visão Macroeconómica.

Até ao final de 2024, o Setor da **Visão Macroeconómica** evidencia **progresso intermédio**, marcado por **esforço político, planeamento estratégico e mobilização financeira relevantes**, mas ainda **sem materialização plena dos impactos estruturais** previstos no Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) 2011–2030.

As duas metas avaliadas, ambas de natureza **estrutural e transversal**, encontram-se classificadas como **progresso parcial**, refletindo uma situação em que **os processos estão ativos**, mas **os resultados de transformação económica sustentada ainda não são demonstráveis de forma robusta**.

Quadro-Síntese Interpretativo.

Estado Global das Metas – Visão Macroeconómica (até final de 2024)

Estado do Progresso	Nº de Metas	Leitura Institucional Alinhada
Concluídas	0	Não se registam metas plenamente alcançadas, o que é consistente com a ambição elevada e o carácter estrutural dos objetivos macroeconómicos definidos no PED.
Progresso Avançado	0	Não existem metas em fase final de concretização, evidenciando que os impactos esperados ainda não se consolidaram de forma mensurável.
Progresso Parcial	2	Ambas as metas apresentam execução intermédia, com evidência de planeamento, investimento público significativo e alguma recuperação económica, mas sem provas consistentes de transformação estrutural sustentável.
Sem Progresso	0	Não se identificam metas paralisadas ou abandonadas; os processos encontram-se ativos, ainda que incompletos.

A concentração de **100% das metas em progresso parcial** confirma que o setor se encontra **numa fase de transição entre intenção política, execução e impacto económico**, caracterizada por:

- **Elevados níveis de investimento público**, sustentados por instrumentos de planeamento de longo prazo e sucessivas Leis do Orçamento Geral do Estado;
- **Sinais de recuperação macroeconómica recente**, reconhecidos por instituições internacionais, ainda fortemente dependentes do gasto público;
- **Ausência de evidência consolidada** de que os investimentos se tenham traduzido, em escala suficiente, em **infraestruturas produtivas plenamente operacionais**;
- **Resultados limitados na diversificação da economia não petrolífera**, na produtividade agregada e no fortalecimento sustentável do setor privado;
- **Implementação fragmentada de reformas económicas**, com limitações persistentes em matéria de governança, capacidade institucional, avaliação de impacto e ambiente de negócios.

A inexistência de metas classificadas como “concluídas” ou “progresso avançado” não traduz inação, mas sim a **complexidade inerente à concretização de reformas macroeconómicas profundas**, que exigem continuidade, coerência intersectorial e monitorização sistemática ao longo de vários ciclos económicos.

Por outro lado, o facto de não existirem metas “sem progresso” indica que **os fundamentos estratégicos estão lançados**, embora ainda **não tenham gerado os efeitos estruturais esperados**.

Recomendações-chave.

- **Reforçar a ligação entre investimento público e impacto económico**, através de avaliações robusta;
- **Acelerar e coordenar reformas estruturais**, sobretudo no ambiente de negócios, regulação económica e facilitação do investimento privado;
- Desenvolver um **sistema integrado de monitorização macroeconómica**, com indicadores claros de diversificação produtiva, produtividade e fortalecimento do setor privado;
- Garantir maior **continuidade institucional e previsibilidade das políticas económicas**, reduzindo a fragmentação na implementação das reformas.

Em síntese, o Setor da **Visão Macroeconómica** apresenta-se, até final de 2024, como **parcialmente alcançado**, com bases políticas e financeiras estabelecidas, mas **sem evidência suficiente de transformação estrutural sustentável**.

